

O TERCEIRO SETOR E OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Robson Rodrigues¹
Grasiela Lima²

O Terceiro Setor é comumente definido a partir das iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil, ou seja, diz respeito ao conjunto das entidades, juridicamente classificadas em associações ou fundações, com fins públicos e cujo objetivo fundamental é atender a demanda por direitos sociais básicos, combater a exclusão social e, mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico e histórico-cultural. Diferencia-se do Primeiro Setor - Estado - e do Segundo Setor – mercado – porque suas entidades são de natureza privada, mas que não visam lucros nem o proveito pessoal de seus membros.

Contudo, do ponto de vista acadêmico, não existe um consenso sobre o conceito de Terceiro Setor, nem tampouco no que se refere à sua abrangência. Trata-se, portanto, de um campo controverso, com diferentes abordagens teóricas e políticas. Nesse sentido, nosso objetivo neste breve texto é pontuar algumas questões relevantes deste debate.

Historicamente, o Terceiro Setor aparece ligado ao contexto da crise do Estado do Bem-Estar Social e do fortalecimento das políticas neoliberais, implementadas pelos Estados capitalistas. A partir daí, no nosso país, as instituições da sociedade civil que atuavam tradicionalmente nas áreas da assistência social com objetivos filantrópicos, começam a ver emergir novos movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) reivindicando direitos de cidadania e estabelecendo um campo político de atuação, o da democracia participativa, e (re)construindo a idéia de um sujeito portador de uma consciência crítica e de uma força política capaz de consolidar uma nova cultura política. Trata-se, pois, de um movimento que buscou a democratização da gestão

¹ Etnoarqueólogo, professor-pesquisador do CEIMAM – Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menendèz” - Unesp/FCL-Car – presidente da Fundação Araporã. (fundacaoarapora@yahoo.com.br)

² Socióloga, professora das Faculdades Integradas de Jaú, diretora acadêmica do curso de Direito, Faculdade de Araraquara, Uniesp.

pública e uma atuação para além das questões emergenciais, voltada para a consolidação dos direitos humanos fundamentais e da justiça social, a partir de perspectivas ideológicas e políticas bem definidas.

Num segundo momento, com a conformação de um cenário caracterizado, entre outros, pela crise fiscal do Estado, universalização dos direitos e políticas neoliberais pautadas por um Estado mínimo, além de certo refluxo dos movimentos sociais, começou a se fortalecer outro segmento do Terceiro Setor, despolitizado e com objetivos extremamente genéricos voltados para o combate da exclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda. A partir daí, temos, então, o aparecimento de uma realidade extremamente complexa e multiforme no que diz respeito ao Terceiro Setor.

De um modo geral, o que o referido contexto nos mostra é a configuração de um setor público que permite o acesso a subvenções governamentais e benefícios fiscais por parte de organizações civis sem fins lucrativos, com diferentes características e objetivos. E, nesse movimento de descentralização e privatização dos serviços públicos é que este novo setor – “público, porém privado” – se fortalece e aparece como grande catalisador das demandas sociais. Por outro lado, começam também a surgir várias denúncias do Ministério Público indicando desvirtuamento de finalidades, mau uso das receitas auferidas, enriquecimento ilícito de membros de entidades, entre outras formas ações ilegais e imorais.

Hoje a legislação é bastante rígida, tendo em vista a preservação dos serviços assistenciais prestados baseados na ética, na transparência e responsabilidade social das organizações do Terceiro Setor, muito embora também seja possível criticar o excesso de burocracia que se instalou nas relações entre o Estado e as entidades sociais. Sendo assim, com objetivos de garantir tais preceitos éticos, a burocracia muitas vezes cria dificuldades e obstáculos para a aprovação e implementação de projetos importantes para os sujeitos-alvo das ações sociais.

Por outro lado, do ponto de vista político, é preciso enfrentar o que podemos chamar de “hegemonia da lógica do mercado”: as entidades competem entre si por verbas de forma corporativa e/ou exclusivista, sem nenhum projeto de ação social mais abrangente e solidário. Não existe aí, portanto, um compromisso político com a transformação social e sim uma concepção neoliberal bastante limitada de bem-estar social.

É evidente que, sendo uma realidade complexa e multiforme, como mencionamos anteriormente, existem organizações que procuram superar essa lógica meramente capitalista e, como assinala Paulo Sérgio Pinheiro, pautar suas ações no campo da emancipação social e não simplesmente aderir aos ditames do mercado competitivo de forma pacífica, sem questionamentos à autoridade instituída no Estado, reforçando, portanto, a ordem capitalista e os interesses dominantes. Não basta, portanto, “humanizar o capitalismo”.

Realmente são questões que desafiam a todos, tendo em vista uma sociedade profundamente desigual e de muitas contradições sociais, mas que precisa urgentemente reinventar o espaço público, entendido na perspectiva de sociedade civil organizada a partir de um projeto político emancipatório.

Nesse sentido, Araraquara pode ser considerada uma cidade privilegiada, tendo em vista a existência de muitas entidades ou associações voltadas para a promoção da justiça social e da democracia participativa. São entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, negros, indígenas e da diversidade sexual, o que caracteriza uma multiplicidade de sujeitos que compõem uma realidade profundamente desigual, mas que se organiza no sentido da superação deste quadro. Contudo, entendemos que esta realidade precisa urgentemente ser pensada de forma coletiva, respeitando-se as especificidades, e levando-se em conta que a configuração desta sociedade civil organizada é matéria-prima fundamental para que superemos as visões individualistas e pensemos os destinos da sociedade numa perspectiva transformadora e emancipatória.